

## **Conhecimentos científicos, conhecimentos locais e hibridismo: Por uma etnografia simétrica da paisagem<sup>1</sup>**

Pedro Castelo Branco Silveira

### **1. Práticas de conhecimento, redes e pluralismo ontológico**

Neste artigo, argumentarei ser necessário abandonarmos provisoriamente a distinção (naturalizada) entre conhecimentos científicos e conhecimentos locais, em prol de uma reflexão sobre produção de conhecimentos. A diferenciação pode retornar posteriormente em outros termos, de modo que uma abordagem comparativa se faça possível de maneira mais simétrica. A experiência etnográfica acessada para tal argumentação é a das práticas de conhecimento sobre as paisagens rurais de São Luiz do Paraitinga, interior de São Paulo, por um grupo de pesquisadores e por habitantes do recorte espacial procedido pelos pesquisadores.

Podemos começar nos perguntando: como se conhece? Conhece-se na experiência, nas suas mais diversas formas. Seja qual for o rótulo que se dá ao conhecimento, ele é experienciado e seus sentidos são produzidos na experiência. A experiência, por sua vez, não é passiva, é relacional. É o que nos ensina Ingold (2000), quando se refere à forma como organismos produzem ambientes, confundindo a própria relação entre organismo e ambiente.

Serrar uma árvore, enviar um e-mail, observar um pássaro comendo um fruto, passar a manhã refletindo sobre um parágrafo de Kant, levar os filhos à escola, são todos exemplos perfeitamente simétricos de práticas de conhecimento (Law; Mol, 2002). Tais

---

<sup>1</sup> O artigo tem base em tese defendida em 2008 no Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Unicamp. Agradeço aos comentários, à tese, de Mauro Almeida, Paulo Inácio Prado e da banca examinadora. Agradeço ainda aos amigos do projeto “Biodiversidade e Processos Sociais em São Luiz do Paraitinga” e aos moradores de São Luiz do Paraitinga que participaram da pesquisa. A pesquisa foi financiada pela FAPESP, CNPq e CAPES. Dedico este artigo a Luiz Tolosa e Geraldo Pulião (*in memoriam*).

práticas não têm um sentido em si mesmas, mas o adquirem a partir da rede de relações em que se localizam. Não estamos falando aqui de redes simbólicas de significados (como faz, por exemplo, Geertz, 1989), pois não queremos repetir os paradoxos de incomensurabilidade de universos culturais que a antropologia criou a partir da ideia de relativismo. Se dizemos que tais práticas são relacionais é porque adquirem sentido como parte de sua localização em redes (Law; Mol, 2002; Latour, 2008). Tais redes podem ser vistas de maneira rizômica (Deleuze; Guatarri, 1995[1980]), imaginadas como a relação de uma série de entes, humanos e não-humanos, que a todo tempo fazem e desfazem elos e transformam sua substância. Elas não produzem significados que as transcendem, elas simplesmente o são. Assim, as práticas de conhecimento não descrevem um mundo preexistente, mas constituem, ao contrário, manuseio e intervenção, trazendo à existência uma versão dos mundos possíveis. Assim, conhecer é inserir-se em redes, atuando sobre sua conformação.

Algumas destas redes parecem apresentar características estáveis, como aquelas que mantêm, no que se convencionou chamar referencial moderno, uma conexão de elementos classificados como “o social” em oposição a outra conexão de elementos classificados como “o natural” (Latour, 1994; 2008). Outra rede que se tornou relativamente estável, nos últimos séculos, e que nos interessa aqui discutir, é a que separa o conhecimento científico e o não-científico, como se o primeiro tivesse um privilégio de aproximação da verdade superior ao segundo. De acordo com Latour (1994), a reificação da ciência é um dos cerne do referencial moderno, operando pela seleção das purificações e deixando ocultas as dimensões híbridas dos processos estudados. O importante para nossa argumentação aqui é que as redes formadas pelas atividades científicas, incluídas nas redes da modernidade, performam certas versões da realidade com características bem marcantes, que incluem a produção de aparatos tecnológicos, a criação de entes em diversas escalas, tais como células, moléculas, buracos negros e aquecimento global. Estas redes, entretanto, não são expressões de uma realidade, mas, ao contrário, são realidades praticadas em redes. E há inúmeras redes configuradas (e configurando-se) simultaneamente.

Seguindo Latour (1994), podemos entender que uma das formas do conhecimento científico figurar como conhecimento superior foi justamente esconder de si mesmo os elos com os outros tipos de práticas de conhecimento, ou, em outros termos, mostrar as purificações e esconder os hibridismos. A forma de se praticar o que Latour chama de antropologia simétrica seria assumir que as redes modernas são apenas algumas das

possibilidades de ordenamento do mundo (e que, segundo ele, hoje passam a não mais se sustentarem, por mostrarem suas dimensões de hibridismo).

Os procedimentos de hibridismo e purificação descritos por Latour não precisam ser operações excludentes. Se tomarmos o binômio purificação/hibridismo nos mesmos termos do binômio simplificação/complexidade, podemos considerar que as práticas de conhecimento realizam, de alguma maneira, procedimentos de purificação ou simplificação das realidades experimentadas. Assim, tecer redes implica formas diversas de simplificações de complexidades. Aceitar tal afirmação significa aceitar que toda descrição do mundo necessariamente não esgota outras possibilidades explicativas. Em outras palavras, conhecer o mundo significa segui-lo por uma rede experiencial e não é possível domesticar a complexidade por meio da explicação (Law; Mol, 2002). Assim, uma abordagem simétrica de práticas de conhecimento é aquela que segue redes de relações sem essencializar modalidades de conhecimentos numa série em que a purificação seja hierarquicamente superior ao hibridismo. Conhecimentos de cientistas, agricultores, xamãs e burocratas, nesta chave, podem ser submetidos ao mesmo tipo de análise, aquela baseada em redes de relações.

Pois bem. Com a argumentação acima trocamos o relativismo por um relacionalismo, cambiando a construção social (do tipo mental) por outra que implica construção como criação (prática) de realidades (Ingold, 2000). Se este procedimento resolve parte dos paradoxos, pode-se argumentar que estamos trocando uma incomensurabilidade de culturas, dilema do relativismo, por uma incomensurabilidade de redes. Não é este o caso. Resta saber portanto como diferentes redes podem se relacionar.

De início, podemos argumentar que um mesmo ente pode fazer parte de duas ou mais redes, mesmo que por aproximação. Se dizemos que redes experienciais não domesticam complexidades, é possível admitir que uma experiência pode dar origem a práticas de conhecimento diversas, mas que podem ser compartilhadas por aproximação.

Almeida (1999), em um brilhante artigo sobre pluralismo ontológico, descreve as controvérsias em torno da definição do número “ $\pi$ ”. Apesar das diferentes posições sobre  $\pi$  ser ou não uma construção social ou qual o número de casas utilizadas, o autor argumenta que tanto um engenheiro egípcio, quanto um matemático platônico, quanto Sokal, quanto um construcionista social fugiriam de uma roda de trator de um metro de diâmetro colocada a 3,14 metros de seu corpo deitado, antes que esta realizasse uma volta completa. Advoga-se assim a possibilidade de acordos pragmáticos na presença de

discordâncias ontológicas, a mesma que faz com que “comerciantes que mal se entendem linguisticamente possam encontrar regras de tradução entre suas medidas sem que precise haver a adoção de um único padrão de medida, mas chegando-se a aproximações satisfatórias para ambas as partes.” (Almeida, 1999:9).

De forma análoga, Mol (2002) descreve como conhecimentos frutos de especialidades médicas diversas se relacionam na prática hospitalar pelo fluxo de formulários, rotinas, conversas, memorandos, conferências. As práticas de conhecimento de cada especialidade médica produzem corpos diferentes, mas que se juntam pela concordância dos praticantes, na experiência, de que se trata de um só corpo. Assim, a autora mostra como redes se relacionam na prática. Não se configuram como bolhas ou ilhas, mas interferem umas nas outras, revelando o que Strathern (2004) chama de conexões parciais.

Para Almeida (1999), pode-se passar de uma ontologia a outra através do aprendizado, ou seja, tornar uma ontologia inteligível à outra mesmo sem tomá-la para si.<sup>2</sup>

Todos nós sabemos, intuitivamente, transformar um objeto visto de diferentes ângulos e de diferentes perspectivas, unificando essas aparências na ideia de um objeto invariante. Deveríamos também ser capazes de nos transformarmos em diferentes sujeitos, e assim olharmos para um mesmo objeto de diferentes ângulos. Trata-se de reconhecer a diversidade juntamente com a invariância. Quanto a isso, a lição do relativismo matemático e físico seria muito útil e teria algo a ensinar aos antropólogos. Essa lição é a de que podemos formular leis objetivas, significando isso que observadores diferentes podem pôr-se de acordo sobre suas diferentes observações, desde que saibam como convertê-las umas nas outras através do grupo de transformações adequado (Almeida, 1999, p. 9-10).

Conexões parciais, consensos pragmáticos, pluralismo ontológico... como representar redes complexas e dinâmicas, relacionando-as com outras redes? Voltamos aqui à proposição de Law e Mol (2002) de que realidades complexas podem ser descritas por simplificações autoconscientes: listar ao invés de classificar, contar casos ao invés de exemplificar, caminhar e contar histórias ao invés de traçar mapas, entre outras possibilidades.

---

<sup>2</sup> A abordagem de Almeida (1999; 2003) para *ontologia*, com base no texto do filósofo Newton da Costa, é o conjunto do que existe. Se o que existe não é absoluto, podemos falar em *ontologias*, no plural, ao invés de uma única *Ontologia*. É esta a noção de *ontologia* utilizada neste artigo.

Uma forma simples de fazê-lo é por meio de listas de elementos. Listar é traçar relações de adição, de justaposição (Viveiros de Castro, 2003). Podemos, portanto, ver uma ontologia como uma rede complexa de práticas de conhecimento que pode ser percorrida como uma lista, sempre incompleta e dinâmica, de elementos que a constituem.

Daí passamos à forma como o antropólogo pode seguir tais redes, ele mesmo construindo uma rede a partir de sua etnografia. Tomamos aqui emprestada a formulação de Goldman (2003) de que se entenda a observação participante proposta por Malinowski (1978 [1922]) não como uma implausível metamorfose do antropólogo em nativo, mas como um devir-nativo, ou seja, que o antropólogo seja afetado pelas mesmas forças que afetam o nativo. “Não se trata, portanto, da apreensão emocional ou cognitiva dos afetos dos outros, mas de ser afetado por algo que os afeta e assim poder estabelecer com eles uma certa modalidade de relação”. (Goldman, 2003, p. 465). Assim, uma teoria etnográfica teria “o objetivo de elaborar um modelo de compreensão de um objeto social qualquer (língua, magia, política) que, mesmo produzido em e para um contexto particular, seja capaz de funcionar como matriz de inteligibilidade em outros contextos.” (Goldman, 2003, p. 460).

A partir desta abordagem, mais importante do que saber quais as respostas que os nativos dão às perguntas formuladas pelo antropólogo, é saber quais as perguntas feitas em suas ontologias (Viveiros de Castro, 2003). As respostas, qual quando consultamos oráculos, relacionam-se com as perguntas feitas. E as perguntas se fazem na ação, no ato de produzir conhecimento, de tecer redes.

Tomadas tais precauções, penso, é possível, etnograficamente, tecer abordagens comparativas não-baseadas na generalização (Goldman; Lima, 1999). Podemos, como Mol (2002), descrever negociações ontológicas em certas redes que se relacionam pela experiência. É uma tarefa que deve ser feita com cuidado, escapando das obsessões de generalização, valorizando a riqueza etnográfica e tomando toda experiência como única, não como exemplo de casos gerais, mas como lições que podem ser pensadas face quaisquer outras realidades (Goldman e Lima 1999; Law e Mol, 2002). Assim, pode-se caminhar no sentido de cumprir “a mais interessante das promessas que nos fazem quando começamos a estudar antropologia: a reconversão de nosso olhar, a possibilidade de atingir pontos de vista através de outros pontos de vista” (Goldman e Lima, 1999:91).

## 2. O que existe em uma paisagem?

Uma paisagem é um recorte espacial definida pelo olhar. É, portanto, dependente da escala e do tipo de olhar. O olhar direcionado a uma paisagem é referenciado por práticas de conhecimento, pois conhecer uma paisagem é agir sobre ela. É construí-la, no sentido dado por Ingold (2000): uma construção concreta, não apenas uma construção mental.

Nosso problema de pesquisa se refere às práticas de conhecimento sobre paisagens. O que existe em uma paisagem? Que redes são configuradas nas práticas de conhecimento de diferentes coletividades humanas ao descrever paisagens que se conectam pela concordância de se tratar de um mesmo recorte espacial? Face ao que discutimos, tais respostas só podem ser dadas etnograficamente.

### 2.1. *Um projeto de pesquisa*

No ano de 2002, quatro ex-alunos do curso de biologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)- entre eles, eu- procuraram o pesquisador *A*, ecólogo do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais da mesma universidade, para propor a elaboração de um projeto de pesquisa que integrasse antropologia e ecologia, com foco no município de São Luiz do Paraitinga, no Vale do Paraíba paulista, localizado entre Rio de Janeiro e São Paulo. Tais estudantes viam-se como parte de uma geração de biólogos que não se contentava com o tipo de formação que tiveram no curso de graduação, pois julgavam ser abordagens estreitas do estudo da vida. De fato, no momento em que procuraram o pesquisador, dois deles (*B* e *C*) tinham concluído o mestrado em antropologia, uma (*D*) havia ingressado no mestrado em política científica e tecnológica e o quarto (*E*) estava matriculado no mestrado em ecologia, mas vivia uma série de crises com o curso e sua pesquisa e estava engajado em projetos com o professor *F*, do departamento de antropologia (IFCH/Unicamp), que havia sido orientador de mestrado de *B* e *C*.

A proposta de elaboração de um projeto interdisciplinar relacionava-se às experiências anteriores de pesquisa dos participantes e ao conhecimento prévio dos caminhos possíveis de financiamento (um deles era o do programa de estudos de biodiversidade da agência de fomento à pesquisa do estado de São Paulo, o Biotafapesp). A procura pelo pesquisador *A* (era necessário um pesquisador com titulação de doutorado para apresentar o projeto a financiamento) relacionava-se ao fato deste

compartilhar dos debates sobre o alargamento dos horizontes da biologia e seu diálogo com as ciências sociais, além de ser simpático a uma perspectiva de trabalho horizontal e, digamos, construtivista. A escolha de São Luiz do Paraitinga não era casual. *B* (com sua esposa e filha), *C* e *D* haviam decidido morar no município de São Luiz do Paraitinga. O desenvolvimento de um projeto de pesquisa na região associado ao ingresso no programa de doutorado por *B* e *C* seria bem vindo como parte do processo. Os pesquisadores efetivamente mudaram-se para a cidade pouco antes da pesquisa se iniciar. Durante o projeto, entretanto, *B* separou-se da esposa e *B*, *C* e *D* terminaram por desistir de morar em São Luiz do Paraitinga.

Para encurtar a narrativa, *A* entusiasmou-se com a proposta do grupo e passou a coordenar a pesquisa. A partir de então a ideia inicial, que envolvia uma espécie de diagnóstico socioambiental, foi se transformando, por uma lado pela inserção das perspectivas de *A* na lapidação da ideia, por outro lado pela adaptação da ideia inicial a um delineamento de pesquisa que fosse aceito no âmbito do programa Biota-Fapesp. Foi introduzido o uso de uma base de Sistema de Informações Geográficas (SIG) e definido que haveria pesquisas sobre inventários de biodiversidade e sobre as relações entre os habitantes da paisagem estudada e os elementos não-humanos, em especial animais e plantas. A perspectiva de paisagem adotada, a princípio, era a da ecologia de paisagens, principalmente na vertente defendida por Metzger (2001) de que a paisagem é um recorte arbitrário do pesquisador onde se estuda a heterogeneidade espacial.

Incorporaram-se em seguida à equipe outros pesquisadores, todos com formação de graduação em biologia: *G*, (com especialidade em SIG), *H* (com mestrado no estudo de anfíbios) e *I* (com especialidade no estudo de borboletas), *J* e *L* (da área de botânica), *M* (mestre em educação, candidata ao doutorado em educação). Depois de aprovado o projeto, juntaram-se ainda à equipe *N* (ex-aluno de *A* e colega de graduação de *G*), que trouxe um grupo dos seus alunos de graduação para realizar levantamentos da situação dos riachos da região, além de *O* e *P*, que realizaram suas pesquisas de mestrado sobre de anfíbios e pequenos mamíferos, respectivamente; e *Q*, *R* e *S*, alunas de iniciação científica que foram orientados por *A*.

O formato de um projeto como este, dentro da estrutura de pesquisa científica no estado de São Paulo e no Brasil, precisa ser explicitado. Ele tem perguntas gerais que devem ser respondidas pelo grupo, sob responsabilidade de um coordenador. Cada pesquisador tem, entretanto, uma pesquisa individual, que o permite fazer e responder

perguntas individuais sobre suas questões específicas. O financiamento é dado ao projeto geral para compra de equipamentos, materiais de consumo, transporte e diárias de campo. Cada pesquisador recebe seu salário, ou preocupa-se em obter sua bolsa de estudos, independentemente do projeto. Estar integrado a um projeto maior, no entanto, ajuda na aprovação de uma bolsa de pós-graduação ou iniciação científica.

Assim, o projeto constituiu um encontro de pesquisadores por um tempo determinado (o de duração do projeto), colaborando numa pesquisa coletiva a partir de pesquisas individuais. A implicação disto é que as respostas coletivas são desencadeadas por uma conjugação de processos de pesquisa individuais, que acabam representados no relatório final como uma reelaboração das conclusões individuais, correndo o risco de parte das conclusões individuais não serem contempladas nas conclusões gerais. No projeto em questão, é importante salientar as diferenças entre as “conclusões do projeto” e as “conclusões individuais”. É um ponto importante, portanto, o fato de que há uma paisagem construída como resultado do projeto coletivo e paisagens construídas pela pesquisa individual de cada pesquisador baseadas na base comum do projeto.

O projeto terminou por concentrar-se nas seguintes abordagens:

- a) A produção de uma base georreferenciada de classificação da paisagem, classificando diferentes elementos de paisagem nas quais sobressaía uma matriz de pastos que envolviam fragmentos de floresta nativa, eucaliptais e capoeiras (áreas de regeneração inicial da floresta); tal classificação foi feita por G e A com bases preexistentes, interpretação de imagens adquiridas para o projeto e checagem de campo, com auxílio de GPS, do que era interpretado a partir das imagens.
- b) Levantamentos de diversidade de anfíbios (*H* e *O*), borboletas (*I*) e vegetação (*J*, *L* e *S*) preferencialmente nos *fragmentos de floresta nativa*, além da diversidade nos riachos (*N* e sua equipe).
- c) Pesquisa antropológica e histórica, que incluiu etnografia das relações socioecológicas dos moradores da paisagem selecionada (*B*) e pesquisa documental sobre as transformações na paisagem da região (*C*).
- d) Abordagens interdisciplinares, caracterizadas pelos esforços do grupo em produzir textos conjuntos (facilitados por *D* e *M*); por duas das pesquisas de iniciação científica, uma sobre perspectivas dos sitiantes sobre a sucessão ecológica (*Q*), outra sobre a relação entre os cães domésticos e os fragmentos de floresta (*R*); pela etnografia do processo de pesquisa, da qual este artigo é um dos resultados (*B*); e por tentativas de cruzamentos de fronteiras entre ciências sociais e ecologia empreendidas em alguns dos trabalhos disciplinares, em especial os da área de botânica.

A base espacial georreferenciada foi o elemento comum para o delineamento das pesquisas no projeto, mas foi também realimentada por elas. Vejamos então a paisagem que se constrói neste contexto. Um dos pressupostos de uma base de dados sobre heterogeneidade espacial é que a paisagem pode ser subdividida em unidades discretas. Assim, florestas, pastos, capoeiras, eucaliptais são unidades da paisagem discretas umas das outras na base de dados formulada pela equipe do projeto.

Há na definição deste tipo de unidades a noção de que há áreas muito modificadas pela presença humana (áreas agrícolas, urbanizadas: áreas *antrópicas*) e áreas remanescentes de vegetação nativa, (áreas *naturais*), onde geralmente estão as espécies de interesse de estudo para os ecólogos. Assim, muitas vezes o interesse maior é o de coletar nos *remanescentes* naturais, no caso os *fragmentos florestais*, onde é encontrado um maior número de espécies e acredita-se poder compreender a *dinâmica natural* das espécies.

Dessa forma, de início os pesquisadores da área de inventários biológicos interessaram-se em coletar nos fragmentos de floresta. Havia a possibilidade de realizar coletas nos pastos e eucaliptais, mas tal aventura foi abandonada a princípio pela necessidade de maior volume de coletas e de adaptação de métodos, inviável face ao tempo que os pesquisadores tinham para concluir suas pesquisas. A entrada de outros pesquisadores permitiu a abordagem biológica nas outras unidades, não necessariamente de inventários.

O projeto oscilou entre as perspectivas da ecologia e das humanidades, pretendendo-se transcenderes às redes disciplinares, mas ligado a elas. Para os ecólogos do projeto, uma questão importante era inserir o social na análise do natural; para os antropólogos essa divisão persistiu, como sinal desta oscilação- a questão era inserir o natural na sociabilidade.

O projeto foi aprovado em 2003 e teve duração de três anos. Neste período o grupo sediou suas atividades de campo numa casa alugada na mesma rua onde *B*, *C* e *D* já tinham alugado uma outra casa dois anos antes, com fins de lazer, já sendo conhecidos da vizinhança. Os *ajudantes de campo* do projeto foram contratados a partir de redes de vizinhança da rua. Um deles, *T*, era, de fato, vizinho da casa do projeto e indicou outros. O carro disponível para a realização das pesquisas de campo, uma Brasília antiga comprada de uma moradora da região pesquisada, era consertada por outro vizinho, mecânico, morador da rua.

As práticas de conhecimento dos pesquisadores durante o projeto se realizaram em São Luiz do Paraitinga e fora de lá. A forma de tecer tais redes durante o trabalho de campo propriamente dito foram conformadas tanto pelas práticas de conhecimento acadêmicas anteriores (aquelas mesmas cujo objetivo era transcender com um projeto inovador), quanto pelos debates e formas de integração internas ao projeto, quanto pelas redes acadêmicas que tratariam de aceitar, legitimar e financiar as pesquisas (bancas, orientadores, programas de pós-graduação), quanto pelos caminhos que cada pesquisador seguiu no tecer de relações com os moradores da cidade, quanto do aprendizado da relação de “estar em campo” com seus temas de estudo, entes humanos e não-humanos, sejam eles borboletas, sítiantes ou imagens de satélite.

Após o fim do projeto, teve-se como produtos acadêmicos um relatório final, dois artigos de divulgação científica descrevendo a proposta geral do pesquisa, três relatórios de iniciação científica, cinco teses de mestrado, três teses de doutorado, alguns trabalhos apresentados em congressos, alguns artigos, uma apresentação pública em São Luiz do Paraitinga e a colaboração pontual da equipe na elaboração do plano diretor de São Luiz do Paraitinga.

Essa rápida descrição da constituição deste projeto de pesquisa nos dá algumas pistas de elementos das redes constituídas. Redes nas quais se podem enumerar uma lista heterogênea de entes tais como fragmentos florestais, agências de fomento, veículos que quebram com facilidade, ajudantes de campo, satélites, dinâmicas de espécies, vizinhos, pastos, eucaliptais, matriz, pós-graduação. Uma descrição mais demorada nos traria outros entes, como os materiais usados (puçá, estufa, exsicatas, formol, baldes) ou o aprofundamento das experiências na cidade (marchinhas de carnaval, atoleiros, raças bovinas, cachaças artesanais, arame farpado, separações, pássaros engaiolados, etc.)

O ponto onde quero chegar é que o trabalho de campo, seja qual for a especialidade do pesquisador, traz uma complexidade experiencial que é impossível de ser traduzida sem o uso de simplificações, modelos explicativos, recortes e pontos de vista. E que tais simplificações, ou purificações, são realizadas *a posteriori* e transformadas no que se acredita serem os produtos, em termos científicos, de toda esta experiência. Se, no caso de textos antropológicos (mas não em textos sociológicos ou de ciência política, ou de história), certas dimensões experienciais são valorizadas, os textos biológicos precisam ser construídos de maneira extremamente purificada da dimensão experiencial, fenomenológica. Nada surpreendente neste ponto: textos antropológicos também se purificam de diversas dimensões (do que não é considerado social, do que escapa de uma

racionalidade de tradição europeia, do que não pode ser expresso por palavras, etc.). A questão que enfrentamos neste artigo é outra. A forma de descrição da experiência caracterizada no texto científico, por se purificar, na “análise de dados”, de ruídos fenomenológicos e de suas relações com o que não é científico, ou seja, das dimensões híbridas, emerge como conhecimento puro, superior. Certas dimensões da experiência (não todas, pode-se argumentar) são, entretanto, fundamentais para se chegar aos resultados alcançados. E elas não aparecem no item “materiais e métodos” dos textos acadêmicos. Vejamos a descrição de *A* sobre o processo de definição dos fragmentos florestais onde foram desenvolvidas as pesquisas:

Você tem um mapa na mão e tem que primeiro achar o fragmento, que não é fácil. Você mesmo com um mapa e um GPS na mão, algumas estradas são visíveis, outras não, na imagem, algumas estão no mapa, outras não estão, aí você vai meio pelo rumo, acha o que você acha que é o fragmento. Aí você tem que tentar confirmar isso, então você tem que chegar perto dele, tomar as coordenadas, verificar no mapa, aquela coisa toda. E depois disso você tem que decidir se esse fragmento é um fragmento amostrável, quer dizer, se é um fragmento de mata, que a gente definiu ser um fragmento de mata. (...). E aí tem toda a coisa de tentar descobrir quem são os donos daquilo, que também não é fácil. Normalmente são mais de um. Muitos podem não morar lá, talvez não tenha nenhuma casa nas proximidades, quer dizer, você tem que sair perguntando para a casa mais próxima quem é o dono daquela mata, as pessoas têm que entender o que você está perguntando. Localizar esses proprietários, que podem morar em São Luiz, podem morar lá no lugar que você não encontrou, podem morar em São Paulo, e convencê-los de dar a permissão para fazer a pesquisa. (*A*, entrevista em 6/9/2005)

Tal processo experiencial foi parte das práticas de conhecimento do projeto, mas não cabe no formato, por exemplo, do artigo que foi publicado na periódico científico *Science* por *H* e *A* (Becker *et. al.*, 2007) com parte dos resultados do projeto. E, neste caso, tal fato nada tem a ver com *A* dar ou não importância a tais procedimentos no processo de pesquisa (o contexto de sua fala, nesta entrevista, era justamente o de fazê-lo), mas simplesmente o de que as redes que implicam a publicação de um artigo em *Science* e de legitimação de um trabalho sobre declínio de populações de anfíbios implicam também a purificação dos *dados*, visando sua objetividade<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> De fato, temos uma tentativa de publicação que incorpora a dimensão experiencial do projeto em Prado *et. al.*, 2007- no caso, em uma revista de divulgação científica.

Não proponho aqui que ecólogos transformem-se em etnógrafos<sup>4</sup>, nem que etnógrafos transmutem-se em anfíbios. Meu ponto é que os produtos da experiência de pesquisa com valor de conhecimento não precisam se restringir aos entes purificados. Se etnógrafos fazem descrições densas e ecólogos fazem, por exemplo, correlações, tanto melhor (não esquecendo que há os biólogos-poetas, os antropólogos-músicos, ...). A implicação do argumento que nos importa, retornando ao início deste texto, é que o conhecimento produzido é parcial e depende das redes que configuraram nas suas práticas, inclusive as que definem os termos de verificação de sua “veracidade”. E, como veremos adiante, a não ser pela purificação final, a produção do conhecimento científico, ou acadêmico, não parece diferir em substância das práticas dos conhecimentos não-científicos.

Passemos a seguir resumidamente as redes que trilhei, durante a pesquisa, em minha etnografia do recorte espacial definido pelo projeto de pesquisa, para então seguir com a argumentação proposta.

## 2.2. *Configurando redes de etnografia da paisagem*

Meus movimentos pela paisagem de São Luiz do Paraitinga se deram a partir de uma relação com as pessoas que moravam na pequena área urbana da cidade, que tinha pouco mais de 6000 habitantes, contra aproximadamente 4000 na área rural. Se há, por um lado, algumas redes bem definidas que relacionam a área urbana da cidade a outras regiões do estado e do país, como aquelas que promovem o turismo na cidade por meio de um calendário de festas que ocorrem na área urbana (carnaval, festa do Divino, festa do saci), pela circulação de músicos e intelectuais na cidade, pela prática do *rafting* (descida de um rio em botes) no Rio Paraibuna por aventureiros dos grandes centros da região, por outro lado são bem visíveis as continuidades, principalmente em termos de

---

<sup>4</sup> Quanto a isto, vale aqui transcrever um comentário de A, fornecido por escrito a uma versão preliminar de minha tese de doutorado: “Não sei se é só amor à camisa, mas está me incomodando este status privilegiado da antropologia para criar modelos híbridos. Tive a mesma sensação ao ler "Jamais Fomos Modernos", que tem vários trechos afirmando que a etnografia seria um local privilegiado de observação. Tentei encontrar uma definição clara de etnografia em manuais e me pareceram todas terrivelmente vagas, o que contribui para minha desconfiança. Por princípio, creio que qualquer representação que fazemos da realidade é parcial e subjetiva, e não deve ser diferente com a antropologia. Talvez por um romantismo simétrico, prefiro pensar que em sua separação as ciências humanas e sociais ficaram cada uma com a metade da realidade, e que não há uma ciência em melhor posição para fazer a síntese: se cientistas naturais erram ao supor que a natureza fala por si, as ciências humanas pecam por não compreender que sistemas naturais têm uma dinâmica própria.”

redes de parentesco, entre moradores da sede do município e da área rural. Começar a tecer redes de pesquisa a partir do centro urbano<sup>5</sup> não me pareceu, portanto, um empecilho para trilhar o que nós pesquisadores denominamos paisagem rural.

Um procedimento importante para me aprofundar a pesquisa de campo, entretanto, foi visitar 114 propriedades que se localizavam na vizinhança dos 10 fragmentos de floresta onde eram realizados os inventários biológicos do projeto coletivo, a título de aplicar um questionário socioeconômico. Nesta empreitada, que durou vários meses, entre goles de café e fatias de queijo, pude transitar em um mosaico de situações e identificar redes diversas.

A partir desta experiência, segui algumas das redes que se indicavam, buscando pontos de conexão. Depois da etapa dos questionários, portanto, andei por pastagens acompanhado de sitiantes, ouvi explicações sobre mourões de cerca, raças de gado, coletei ervas que sujavam os pastos, segui os fluxos de toras de eucalipto, de ataques de formigas, de redes familiares estendendo-se, por migração, pelas regiões urbanas do Vale do Paraíba.

Encontrei produtores de gado de leite descendentes de outros produtores de gado de leite que vieram de Minas Gerais nos anos de 1930; ou descendentes de lavradores de milho e feijão, criadores de porcos, que substituíram suas atividades pela pecuária de leite; encontrei sítios de fim-de-semana, como o de um filho de lavradores da região que foi empregado de uma montadora de automóveis em São José dos Campos por décadas e retornou para se aposentar na zona rural; um velho lavrador que lutava contra as pragas de seu pasto fraco e que faleceu durante o período de pesquisa, sendo sua propriedade, cuja área foi transmutada de floresta em pasto nas décadas anteriores, dividida entre os filhos, um deles funcionário de um plantador de verduras, outro pequenos criador de gado, outro que trabalhava para uma empresa contratada pela cortando eucalipto com uma motosserra em plantações por todo o Vale do Paraíba; encontrei plantadores de hortaliças que arrendavam terrenos; trabalhadores saindo cedo do bairro mais pobre da zona urbana e ingressando em ônibus das empresas de papel e celulose; sitiantes queixarem-se dos prejuízos de se ter uma propriedade de eucalipto em sua vizinhança; um criador de abelhas que escrevia folhetos de cordel sobre sacis; árvores removidas do entorno de um fragmento de mata; uma floresta que regenerou

---

<sup>5</sup> No final de 2009, após a conclusão desta pesquisa, o centro histórico de São Luiz do Paraitinga foi arrasado por uma enchente. Os efeitos de tal evento não estão contemplados neste artigo.

sobre uma área de pasto; capins africanos rústicos que substituíram outros capins africanos menos rústicos.

Não há espaço para uma monografia etnográfica<sup>6</sup>. O importante aqui é indicar que ao experienciar etnograficamente o universo dos moradores do que em nosso projeto de pesquisa chamamos paisagem, identifiquei uma série de redes onde se misturavam circuitos de parentesco e vizinhança, separações incompletas entre espaços de produção e espaços de conservação (ver Silveira, 2009), conflitos pela substituição das propriedades leiteiras por fazendas de eucalipto; conexões insuspeitas entre rural e urbano. Essas diversas redes implicavam práticas de conhecimento sobre a paisagem bem diversas daquelas dos pesquisadores.

Penso que o importante aqui é identificar, por um lado, como um mesmo recorte espacial constitui paisagens parcialmente diferentes de acordo com as práticas de conhecimento de quem olha e, por outro, que tipo de perguntas são formuladas e que tipo de resposta tais perguntas requerem.

Os pesquisadores estão se perguntando sobre características de certos grupos animais e vegetais convivendo em uma área rural com ação humana intensa. Também se preocupam com como um certo conceito de paisagem pode ser útil neste tipo de análise, sobre como questões relativas a humanos e a não-humanos podem se articular. Mas também se perguntam sobre como conservar os fragmentos de floresta, se indagam sobre como pensam aqueles sitiados. Os moradores perguntam-se sobre como continuar vivendo na região, como produzir leite, hortaliças, qual a influência da plantação de eucalipto em suas vidas, em como ganhar dinheiro, dar educação aos filhos, no porquê da violência urbana, na vida dos parentes que estão em Taubaté, em como o pasto pode ser tratado, em que madeira é útil para o uso nas propriedades, que pássaro canta mais bonito, quem é o melhor montador de rodeio, qual a marchinha vencedora do último concurso pré-carnavalesco. Perguntas semelhantes poderiam ser feitas pelos pesquisadores, adaptadas aos contextos onde os pesquisadores viviam. Não são estas, entretanto, que entram nos resultados de pesquisa, a versão oficial do conhecimento por nós produzido.

Vemos portanto que há perguntas diferentes que partem de diferentes objetos-paisagem. Uma análise simplesmente relativista poderia implicar na seguinte conclusão: as paisagens são universos distintos, e cada grupo explica a realidade encontrada a seu

---

<sup>6</sup> Para mais elementos etnográficos desta pesquisa, ver Silveira (2008).

modo, e não há comunicação possível. Advogo por algo diverso neste trabalho: que é possível uma relacionalidade. A contextualização feita mostra que são feitas perguntas de naturezas diferentes. Antes de significar que se as perguntas são diferentes não há base comum de análise, tomo por base que é possível aos entes humanos pensarem sobre as perguntas do outro e fazerem, eles mesmos, perguntas semelhantes.

Em outras palavras: os objetos e os problemas que existem nas redes dos moradores podem se ligar a alguns dos objetos e problemas dos pesquisadores. Assim, em listas sobre em que consiste uma paisagem, alguns dos termos podem ser conectados. Isso ocorre porque há uma superposição pragmática entre objetos que fazem parte de cada uma das duas listas. Por exemplo, "trator" e "enxada" (lista dos sitiantes) e "eucalipto incorporado à reserva" (lista das empresas de papel e celulose) conectam-se com "ação antrópica" (lista dos ecólogos), e "serapilheira" (lista dos ecólogos) conecta-se a "mato" (lista dos sitiantes). Neste último exemplo a "serapilheira" do biólogo é aquilo que o morador da zona rural de São Luiz encontra no chão ao andar no "mato".

Assim, justifica-se o uso da ideia das *paisagens dos pesquisadores* em oposição às *paisagens dos moradores* e suas listas de constituintes, apesar do fato de que, para os pesquisadores, a paisagem é uma categoria explícita e, no caso dos moradores, é uma categoria implícita em que é possível agrupar uma lista de objetos, supondo-se que há uma concordância de que são espaços de natureza semelhante. Nestas duas versões de um mesmo recorte espacial exposto a diferentes experiências vividas, diferentes observadores constroem diferentes paisagens- sendo que usamos o mesmo termo para indicar que essas paisagens se conectam umas com as outras.

É claro que para que esse diálogo imaginado funcione, é preciso supor pelo menos duas condições: que há uma linguagem comum, onde termos sem tradução podem ser explicados por indicações; e que os interlocutores podem agir cooperativamente, compartilhando regras de comportamento social e adaptando-se a outras durante o contato.

Mas, como adverte Almeida (1999), nem tudo é comunicável entre diferentes redes. Há de um lado perguntas dos pesquisadores que não têm contrapartida para os moradores. Um exemplo é o problema do tamanho mínimo de fragmentos para a viabilidade biológica de uma população de borboletas (perguntas dos pesquisadores). Inversamente, haveria o problema do tamanho mínimo da propriedade para a viabilidade econômica de certo tipo de atividade (pergunta dos moradores).

Estamos retornando, portanto, à noção de *acordos pragmáticos* na comparação entre *listas do que existe*, uma forma de expressão de *redes heterogêneas*. O acordo é rotulado de pragmático porque não é total, e sim parcial. Isso porque as possibilidades de acordo não implicam em absoluto que tenha desaparecido a dissonância entre, no caso, as *paisagens do morador* e as *paisagens do pesquisador*. Significa apenas que na prática há acordo suficiente para os fins de cada um. A dissonância, embora inevitável, não impede a comunicação. Segundo esta perspectiva, portanto, o acordo pragmático se dá como uma espécie de ontologia política (Almeida, 2003).

Podemos ainda sugerir quatro operações lógicas possíveis na comparação etnográfica de redes de práticas de conhecimento: *justaposição*, onde há respostas diferentes para a mesma pergunta; *convergência* em que há respostas iguais para uma mesma pergunta; *reelaboração*, em que o etnógrafo oferece uma terceira resposta para uma mesma pergunta já respondida nas listas comparadas; e *composição*, em que há perguntas diferentes que compõem novas questões (Silveira, 2008).

Imagino que tais operações podem ser úteis para serem aplicadas em diversas escalas: entre grupos sociais que produzem conhecimentos por processos distintos, mas também por indivíduos que compartilham de muitos itens de uma lista, mas diferem por alguns poucos. Pode-se, enfim, pensar na aplicação desta tipologia “boa de pensar” para as operações realizadas por indivíduos ou grupos na prática de hibridizar redes.

### 2.3. *A floresta e seu jeito: o botânico e o sitiante*

Dezembro de 2005. Eu caminhava com U, proprietário de um sítio de 27 alqueires no bairro rural Bom Retiro, por um de seus *capões de mato*, que coincidia com um dos *fragmentos de floresta* onde eram feitas as coletas dos pesquisadores do projeto. Eu, caderno em punho, ele, facão. Ficamos por alguns minutos no limite entre o pasto e a mata, olhando as árvores que ali ocorriam. No pasto, o sitiante identificou uma árvore como *canela-bosta*, que teria um *cheiro enjoado*. Com o facão, tirou uma lasca do tronco e cheirou. Retificou, então: tratava-se de um *craveiro bravo*, que nascia em especial nos pastos, e se o gado o comesse, morreria. Essa árvore *dava mourão bom*. Cortou a casca de uma outra árvore e cheirou. “*Essa é a canela-bosta*”, me disse. “*É madeira à toa, não presta*”. Explicou: “*a gente decifra muito a madeira pela casca*”. E completou: “*A gente entra no mato para cortar o que já sabe, já está acostumado.*”

Ao final do dia de campo, contei o caso a *L* (pesquisador da área de botânica do projeto) e este comentou que julgava que os métodos que os biólogos utilizam em campo para reconhecer árvores são muito semelhantes aos de *U* e aos dos moradores locais com quem conviveu.

Entendo que procedimentos tais como observar a cor da madeira, cheirar a casca ou as folhas, observar o formato da copa, reconhecer flores e frutos fazem parte da forma gestáltica usada pelos biólogos em campo, o reconhecimento do que os professores de ecologia da Unicamp, em suas aulas de campo, apelidavam, no linguajar paulista, de *jeitão*.

A percepção do *jeitão* é uma prática de conhecimento que vem em grande medida da própria experiência vivida, em uma gestalt formulada a partir de inúmeras viagens de campo. Assim, o pesquisador entra na mata, olha seu *jeitão* e é capaz de imaginar que tipo de animais ou plantas pode encontrar no local. Da mesma forma, pode-se olhar o *jeitão* de um inseto e imaginar seu modo de vida, sua alimentação, sua reprodução.

O *jeitão*, como prática de conhecimento, entretanto, não é reconhecido analiticamente na biologia (tanto que o termo usado não é um termo técnico). Essa experiência intuitiva é útil pragmaticamente para facilitar o trabalho de campo e, principalmente, para formular hipóteses que, aí sim, serão testadas por métodos científicos. As coletas têm o objetivo de gerar dados que testem hipóteses.

Assim, *I* entrava na mata em busca das borboletas que suas iscas capturavam. *H* buscava os sapos presos nos baldes que instalava dentro dos fragmentos florestais. *J* registrava a disposição das árvores na mata, sua largura, altura. *L* procurava amostrar e identificar as espécies de árvores presentes. Cada um com seus interesses, vendo aspectos diferentes da floresta, mas atentos a aspectos mais gerais da mata, o *jeitão*, como forma de conectar a experiência vivida com os conceitos e teorias.

Vemos aí que há dois tipos de práticas de conhecimento no trabalho de campo dos ecólogos:

- a) coleta de dados que decompõem o mundo em frações analisáveis estatisticamente, *purificações*;
- b) observações do todo que permitem formular hipóteses, guiar-se na floresta e sugerir políticas, *hibridismos*.

Como dissemos anteriormente, a forma de produção de conhecimento usual no campo da ecologia tem esses dois aspectos, e que o aspecto híbrido é obscurecido pela

explicitação, em artigos e relatórios, das análises baseadas em dados purificados por diversos processos: delimitação do grupo taxonômico, período de coletas, equipamento utilizado, tabulação de dados, procedimentos estatísticos.

As situações narradas acima mostram como o jeito dos biólogos converge com a forma do sitiante *U* (e de outros habitantes de áreas florestais) conhecer a floresta. Neste caso, parece-me que a convergência de modos de olhar passa por peculiaridades nas relações entre plantas e órgãos dos sentidos humanos, experiências que são usadas de maneiras diversas com intuito classificatório por biólogos e moradores de áreas rurais<sup>7</sup>. A diferença é que, no caso dos botânicos, o interesse de se obter uma classificação menos instrumental e mais baseada em questões teóricas, referenciadas por subdisciplinas da biologia tais como a taxonomia e a filogenética, faz com que uma classificação deste tipo, de campo, seja insuficiente, na maioria dos casos, para o que se deseja numa pesquisa. O que será feito depois, entretanto, depende fundamentalmente da classificação em campo, pois uma floresta não pode ser transportada para um laboratório.

As práticas de conhecimento do sitiante *U*, entretanto, não se restringiam à apreensão gestáltica da floresta, à maneira do jeito. Incluía também, à moda dos cientistas, testes. Disse-me *U*, mostrando duas árvores, em continuidade ao diálogo narrado parágrafos acima: “*sei que essa [árvore] e aquela são a mesma, mas se não conheço, não sei dizer, não vou cortar, a não ser que eu queira fazer um teste*” (*U*, registro em diário de campo de conversa em dezembro de 2005).

Argumento assim que cientistas podem ter pensamentos selvagens, e nativos não-cientistas podem apresentar procedimentos tidos como científicos em suas práticas de conhecimento. Um pequeno complemento a este caso ainda precisa ser feito. Nesta caminhada à floresta, *U* comparou uma planta na mata com aquela que vira no programa televisivo “Globo Rural”, o jaborandi, para afirmar suas possíveis propriedades cosméticas e finalidades comerciais.

---

<sup>7</sup> É importante dizer que existe uma relação clássica entre biólogos e seus ajudantes de campo locais, chamados *mateiros* pelos biólogos. Os *mateiros* são pessoas com conhecimento empírico de uma determinada área, que conduzem o pesquisador para realizar suas pesquisas, auxiliando-o em serviços mais pesados e, às vezes, em sua orientação na mata. O *mateiro* é pago pelo serviço e não tem, em geral, participação na parte intelectual da pesquisa, nem créditos por ela. Não foram poucas vezes que presenciei biólogos, em pesquisas diversas, estabelecerem relações próximas com os *mateiros*, impressionando-se com seus conhecimentos não-acadêmicos sobre as plantas e animais. As práticas de conhecimento de *mateiros* podem ser, assim, incorporados nos processos de aprendizado dos biólogos. Podemos deixar registrado, como hipótese, mesmo que minha pesquisa não dê elementos para avaliá-la, de que a taxonomia de campo dos biólogos deva tributos aos *mateiros* em sua produção.

Na zona rural de São Luiz (e não só), onde quase todo domicílio tem uma televisão e existe uma forte ligação com o fluxo de informacional que circula no eixo Rio-São Paulo, as referências vividas são cruzadas com outras referências. Assim, uma caminhada na floresta conecta conhecimentos gestálticos, testes e informações televisivas. Obviamente, este exemplo não é um caso isolado. Visitei uma senhora que mistura em seu jardim ervas que aprendeu a usar com os *mais velhos* e outras que teve contato num curso de agricultura orgânica. Outro sitiante me fez uma fina descrição das raças de gado bovino e suas diferentes origens, adaptações e indicações de escolha. Após dois dias falando sobre o tema, descobri que o sitiante aprendera muitas das questões das quais falava, para além de sua experiência prática, com um amigo que era veterinário da cooperativa de leite da região. Do mesmo modo que não podemos separar definitivamente os processos de produção de conhecimentos científicos dos não-científicos, não podemos isolar, pelo menos em São Luiz do Paraitinga, conhecimentos meramente locais.

Neste sentido, Boaventura Santos (2005) sugere que o conjunto de conhecimentos produzidos por um grupo social dá-se em uma *ecologia de saberes* que se caracteriza como uma *constelação de conhecimentos* que emergem de múltiplas maneiras e com referências diversas. A ideia de constelação é usada pela possibilidade de diferentes conformações das conexões entre os conteúdos produzidos. Estas conformações dependem das hierarquias estabelecidas entre as diferentes formas de sua produção. Como vimos isto pode ser dito tanto dos conhecimentos dos moradores quanto dos pesquisadores.

Aproximando-nos das conclusões, na próxima seção tiramos algumas implicações das lições que as paisagens de São Luiz do Paraitinga nos dão.

### 3. Conhecimentos científicos e seus outros

Penso que, a esta altura da argumentação, é importante esboçar uma definição, mesmo que provisória, de *conhecimento científico*, e de seus outros, o *senso comum*, o *conhecimento tradicional* e o *conhecimento local*.

*Conhecimento científico* é entendido aqui como aquele referenciado pela revolução científica do século XVI, pelo iluminismo, pela racionalidade, pelo cartesianismo e pelo surgimento do que filósofos e sociólogos chamam de modernidade, mas que tem especificidades históricas e, no momento atual, tem como constituinte um sistema de funcionamento baseado na existência de pesquisadores, universidades, centros de

pesquisa, laboratórios, periódicos, etc. Tal conhecimento tem portanto uma dimensão de estrutura formal de pensamento, mas também de rede dinâmica. Assim, as redes do pensamento científico configuradas hoje são diversas das de 200 anos atrás. Hoje a categoria conhecimento científico pode incluir processos razoavelmente diversos, desde que produzidos por este aparato social acadêmico. A presente pesquisa, por exemplo, constitui práticas de conhecimento científico na medida em que é produzida no âmbito do aparato acadêmico, mas pode, nas disputas internas da academia por legitimidade, ser deslegitimado como conhecimento científico, apesar de ser acadêmico<sup>8</sup>.

O conhecimento científico, no mundo contemporâneo de domínio da técnica, tem um alto poder de legitimação. Há, pois, uma oposição comum à categoria conhecimento científico, que é a categoria *sensu comum*. Há uma tendência dos cientistas localizarem o senso comum como o outro do conhecimento científico. O termo é, de fato, muito usado por cientistas ao dizer que algum processo descoberto cientificamente desafia o que normalmente se pensava a respeito, o senso comum. Esta última interpretação presta-se, portanto, para qualificar o conhecimento científico como mais legítimo que outros.

Os *conhecimentos tradicionais* surgem nos últimos anos como uma categoria que problematiza essa relação simplista de alteridade. Quando a *natureza*, antes um ente marginal ao *desenvolvimento*, passa a ser vista no contexto dos organismos internacionais e multilaterais como possível fonte de lucro, os conhecimentos de grupos também marginalizados no discurso de desenvolvimento, a partir daí batizados *populações tradicionais*, passaram a constituir uma nova forma de acessar esse tipo de informação (Carneiro da Cunha, 1999; 2006). Há, dessa maneira, o reconhecimento da existência de informações válidas e eficazes, baseadas em conhecimentos que escapam à lógica científica, que podem ser apropriadas pelo aparato técnico-científico de produção de novas tecnologias.

Essa narrativa tem outras matizes menos foucaultianas, que não convém aprofundar neste momento. Uma delas é a valorização dos conhecimentos tradicionais no sentido de encontrar alternativas a sistemas agrícolas modernos impactantes. Outra é o uso destes conhecimentos pelos próprios grupos sociais em interação com outros agentes, para prover a continuidade de seus processos socioecológicos. Seja como for, a

---

<sup>8</sup> A título de reflexão sobre a posição de onde falo, vale lembrar que a antropologia é um campo de conhecimento acadêmico em que os agentes há algumas décadas não tem grandes problemas com a possibilidade de não serem caracterizados como cientistas, apesar de advogarem seu reconhecimento político como vozes autorizadas a opinar publicamente sobre certas questões.

noção de *conhecimentos tradicionais* põe em xeque a oposição simples e hierárquica entre *conhecimentos científicos* e *senso comum*.

*Conhecimentos tradicionais* têm sido igualados ainda, em muitos discursos, à categoria *conhecimentos locais*, como se os conhecimentos não-científicos, para se justificarem, tivessem de ser localizados geograficamente. Como vimos, pelo menos no caso estudado, estas categorias não funcionam.

Assim, conhecimentos científicos têm sua especificidade, mas sua diferença de outras formas de conhecimento só é hierárquica por sua posição de destaque na construção da modernidade. O que tentamos fazer aqui é relocalizar o conhecimento científico enquanto processo com suas características e propriedades, para colocá-lo em uma nova relação com outros conhecimentos.

Práticas de conhecimento são diversas, selvagens e escapam a classificações essencialistas de segunda mão. Conhecimentos científicos já não substituem mais a Divindade: foram retornados ao chão o suficiente para sabermos de seu caráter profano e profundamente humano. Além disso, o processo de purificação necessário a sua produção não tem mais passado por seus próprios parâmetros de verificação, em sua relação com o mundo vivido, gerando nas últimas décadas cascatas de propostas de interdisciplinaridade e teorias supostamente autofágicas da ciência, como pode ser argumentado a respeito da presente pesquisa.

Retornamos então ao *senso comum*. Geertz (1997) propõe a ideia de *senso comum* como bom senso. O *senso comum*, segundo ele, relacionar-se-ia à capacidade de perceber a realidade, aprender com a experiência e encontrar soluções para problemas colocados pela experiência. Seria algo análogo à categoria de ciência do concreto, de Lévi-Strauss (1983). Já Latour (2004) advoga a separação entre *senso comum* e bom senso, como parte de um movimento de trocar a divisão entre fatos e valores por outra mais simétrica. O *senso comum* partiria, nesta nova chave, de um parlamento de entes humanos e não-humanos em uma nova relação ontológica.

Avalio o que Latour propõe em conformidade com a ontologia política advogada por Almeida (2003). Vistas como simétricas, diversas práticas de conhecimento podem constituir redes diversas das atuais, visando o que Viveiros de Castro (2003) denomina a “autodeterminação ontológica dos povos”.

Resta apenas um comentário final, para que nossos argumentos não impliquem inocências. Grande parte dos conhecimentos que identifiquei entre os sitiantes de São

Luiz do Paraitinga tem alguma referência a pacotes tecnológicos e versões simplificadas, prontas, de ciência. Entendo aqui pacote tecnológico como um conjunto de entes e procedimentos desenvolvidos, em geral com base em conhecimentos técnico-científicos fechados, por empresas ou governos, para solucionar algum problema. Com relação às práticas de conhecimento, o problema dos pacotes é que impedem ou dificultam que o usuário tenha domínio de sua produção e dos processos (em geral industriais) envolvidos na resolução do problema pelos constituintes do pacote. Desta forma, o usuário precisa estar constantemente readquirindo o pacote junto ao produtor e não tem clareza sobre qual o processo pelo qual a tecnologia utilizada resolve o problema, nem que novos problemas ele cria.

Assim, as redes configuradas pelos dos pacotes tecnológicos e versões simplificadas de ciência, interagindo em velocidade é capaz de gerar, ao contrário da “autodeterminação ontológica dos povos”, um hibridismo homogeneizante, que não deixa espaço à diversidade, seguindo a metáfora do liquidificador, levando a um senso comum sem referências. Neste movimento, descaracterizar-se-iam conhecimentos científicos e conhecimentos tradicionais, produzindo conhecimentos ambíguos que perdem suas formas próprias de verificação. É fecundo, portanto, voltarmos a atenção às redes que favorecem a interação de conhecimentos não-científicos com a ciência em processo, não com a versão vulgarizada dos produtos científicos.

Se tomarmos como base que vivemos um momento de disrupção da lógica moderna, a ponto de percebermos que “jamais fomos modernos”, a ciência parece ter de se acomodar a outro patamar hierárquico, não-monárquico. Talvez para isso nem mesmo precise mudar suas bases. Assim, mais do que “unir conhecimentos”, o que propomos ser desejável aqui é unir uma ação política (em uma política das pessoas e das coisas) que se baseie na ideia de simetria.

**Pedro Castelo Branco Silveira**

Doutor em Ciências Sociais, Unicamp  
Pesquisador Adjunto da Fundação Joaquim Nabuco  
[pedro.silveira@fundaj.gov.br](mailto:pedro.silveira@fundaj.gov.br)

Resumo: O artigo explora as paisagens construídas por um grupo acadêmico de pesquisa e por habitantes da área que foi o recorte espacial escolhido por este grupo, uma região rural do município de São Luiz do Paraitinga, São Paulo, Brasil. O objetivo é relacionar as paisagens tomando por base que grupos portadores de ontologias parcialmente distintas são capazes de ter bases comuns de comunicação. Recorre-se à ideia de que em certas circunstâncias são possíveis *consensos pragmáticos* sobre os efeitos das ações sobre o mundo e parte-se de uma noção de ontologia como uma *lista do que existe*. O caso estudado é útil para pensar em medida os conhecimentos científicos e os conhecimentos locais são de natureza menos diversa do que aparentam, sendo as diferenças principais o modo purificado como o conhecimento científico se apresenta e as redes sociais que os envolvem. Procura-se propor uma definição alternativa de *sensu comum*, despida de um caráter pejorativo, que signifique o compartilhamento experiências, práticas e sentidos dados a práticas. Palavras-chave: paisagem, antropologia simétrica, conhecimento, antropologia da ciência

Abstract: This article explores landscapes built by a research team and landscapes built by inhabitants of the site chosen for the research, a rural area in São Luiz do Paraitinga, São Paulo State, Brazil. The aim is to relate such landscapes taking in account that different groups that own partially distinct ontologies are able to develop a common ground for communication. We use as framework the idea that *pragmatic agreements* about the effects of action through the world are possible. We analyze ontology as a *list of what exists*. The case-study presented is useful to think in what extent scientific and local knowledge are less different than they seem. The main difference lay on the purified way in which scientific knowledge present itself, as well as the networks they participate. We propose an alternative definition of *common sense*, without a pejorative appeal, indicating sharing of experience, practices and meanings of the practices. Keywords: landscape, Symmetric anthropology, knowledge, anthropology of science

### Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Mauro. Guerras culturais e relativismo cultural. São Paulo, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 14, n. 41, p. 541, 1999.
- ALMEIDA, Mauro. Relativismo Antropológico e Objetividade Etnográfica. Curitiba, *Campos*, v.3 p. 9-30. Ed. Especial da IV Reunião de Antropologia do Mercosul. 2003.
- BECKER, Carlos Guilherme G.; C.R. Fonseca; C.F.B. Haddad; R.F. Batista; P.I. Prado. Habitat split and the global decline of amphibians. *Science* n. 318, p. 1775., 2007.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Populações tradicionais e a Convenção de Diversidade Biológica. São Paulo, *Estudos Avançados* vol. 13, n. 36, 1999.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Patrimônio Imaterial e Biodiversidade: Introdução. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* n.32, 15-27., 2006.
- DELEUZE, Giles; GUATARRI, Félix. *Mil Platôs*, vol. 1. São Paulo, ed. 34, 1995[1980].

- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Vozes, 1989
- GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Rio de Janeiro, Vozes, 1997
- GOLDMAN, Márcio. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos: etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. São Paulo, *Revista de Antropologia* vol. 43, n. 2. 2003.
- GOLDMAN, M. ; LIMA, Tânia Stolze. Como se faz um Grande Divisor? In: Goldman, Márcio. *Alguma Antropologia*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1999.
- INGOLD, Tim. *The perception of the environment*. Nova York, Routledge, 2000.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *O Pensamento Selvagem*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1983.
- LATOUR, Bruno. *Jamais Fomos Modernos*. São Paulo, ed. 34, 1994.
- LATOUR, Bruno. *Políticas da Natureza: como fazer ciência na democracia*, São Paulo, EDUSC, 2004.
- LATOUR, Bruno. *Reassembling the social: an introduction to actor-network theory*. Nova York, Oxford University Press, 2008.
- LAW, John; MOL, Annemarie (ed.). *Complexities: social studies of knowledge practices*. Durham e Londres, Duke University Press, 2002.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Os argonautas do Pacífico Ocidental*. Série “Os Pensadores”, ed. Abril, São Paulo, SP., 1978 [1922].
- METZGER, Jean Paul, 2001. O que é ecologia de paisagens? São Paulo, *Biota Neotropica* vol. 1, n. 1. p. 21.
- MOL, Annemarie. Cutting surgeons, walking patients: some complexities involving in comparing. In: Law, J. E Mol, A. (ed.) *Complexities: social studies of knowledge practices*. Durham e Londres, Duke University Press, 2002.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.
- SILVEIRA, P.C.B. Etnografia da paisagem: natureza, cultura e hibridismo em São Luiz do Paraitinga. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2008
- SILVEIRA, Pedro Castelo Branco. Híbridos na paisagem: uma etnografia de espaços de produção e de conservação. *Ambiente e Sociedade* vol.12, n.1, pp. 83-98, 2009.
- STRATHERN, Marilyn. *Partial connections*. Walnut Creek, California, Alta Mira Press, 2004 [1991].
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. (Anthropology) AND (Science). *Manchester Papers in Social Anthropology*, vol. 7, 2003. Disponível em <<http://nansi.abaetenet.net/abaetextos>>.

Recebido em: 01/06/2011

Aceito para publicação em: 24/06/2011